

***Concessionária Auto Raposo
Tavares S.A. - CART***

*Informações Financeiras Intermediárias
Acompanhadas do Relatório de Revisão
dos Auditores Independentes*

31 de março de 2014

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2014, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBCTR2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE2410 - “*Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1), aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2014, preparada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações financeiras intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Revisão e auditoria dos valores correspondentes referentes às informações financeiras intermediárias do trimestre findo em 31 de março de 2013 e do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013

As informações e os valores correspondentes às informações financeiras intermediárias do período de três meses findo em 31 de março de 2013, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente revisados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 3 de maio de 2013, o qual não conteve nenhuma modificação. As informações e os valores correspondentes ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 7 de março de 2014, o qual não conteve nenhuma modificação.

Rio de Janeiro, 09 de Maio de 2014

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC 2SP 011.609/O-8 "F" RJ

Antonio Carlos Brandão de Sousa
Contador
CRC 1RJ 065.976/O-4

CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE MARÇO DE 2014 - NÃO AUDITADO
(Em milhares de reais)

<u>ATIVO</u>	<u>Nota</u>	<u>31/03/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	120.437	117.949
Aplicações financeiras	3	-	55.850
Créditos a receber	4	12.002	14.466
Estoques		484	532
Impostos a recuperar		5.268	5.507
Adiantamentos diversos		319	356
Despesas antecipadas		1.083	980
Partes relacionadas	10	521	605
Total do ativo circulante		<u>140.114</u>	<u>196.245</u>
NÃO CIRCULANTE			
Aplicações financeiras	3	74.554	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	5	115.705	103.882
Depósitos judiciais		11.021	10.317
Imobilizado	6	14.754	16.000
Intangível	7	1.713.404	1.668.601
Outros		9	9
Total do ativo não circulante		<u>1.929.447</u>	<u>1.798.809</u>
TOTAL DO ATIVO		<u><u>2.069.561</u></u>	<u><u>1.995.054</u></u>
<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>			
CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	8	75.723	81.916
Debêntures	8	13.302	1.821
Fornecedores		3.263	774
Salários e encargos sociais a recolher		3.703	2.987
Impostos e contribuições a recolher		2.686	3.501
Obrigações para direito de concessão	18.b	335	349
Receita diferida	12	4.429	6.049
Partes relacionadas	10	3.017	1.595
Provisões		252	1.686
Outros		4.421	3.468
Total do passivo circulante		<u>111.131</u>	<u>104.146</u>
NÃO CIRCULANTE			
Provisão de manutenção	21	41.576	33.444
Empréstimos e financiamentos	8	620.923	556.587
Debêntures	8	758.994	740.886
Obrigações legais vinculadas a processos judiciais	9	1.271	862
Receita diferida	12	47.257	47.742
Total do passivo não circulante		<u>1.470.021</u>	<u>1.379.521</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	13		
Capital social		715.000	715.000
Prejuízos acumulados		<u>(226.591)</u>	<u>(203.613)</u>
Total do patrimônio líquido		<u>488.409</u>	<u>511.387</u>
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u><u>2.069.561</u></u>	<u><u>1.995.054</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O
TRIMESTRE FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2014 - NÃO AUDITADO
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/03/2014</u>	<u>31/03/2013</u>
RECEITA LÍQUIDA			
Receita líquida de pedágio e acessórias		59.282	55.151
Receita de construção		60.821	14.946
Receita operacional líquida	14	<u>120.103</u>	<u>70.097</u>
Custo dos serviços prestados			
Custo dos serviços prestados	15	(43.441)	(39.484)
Custos de construção		(60.219)	(14.795)
LUCRO BRUTO		<u>16.443</u>	<u>15.818</u>
Despesas gerais e administrativas			
Despesas gerais e administrativas		(6.613)	(6.745)
Remuneração dos administradores	11	(189)	(934)
Despesas com depreciações		(2.093)	(1.889)
Outras receitas (despesas), líquidas		(407)	15
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		<u>7.141</u>	<u>6.265</u>
RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS			
Receitas financeiras	16	5.756	5.721
Despesas financeiras	16	(47.697)	(41.189)
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		<u>(34.800)</u>	<u>(29.203)</u>
Imposto de renda e contribuição social	5	11.822	9.929
Prejuízo do período		<u>(22.978)</u>	<u>(19.274)</u>
Prejuízo por ação ordinária (básico e diluído) - R\$	17	<u>(0,0217)</u>	<u>(0,0188)</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O
TRIMESTRE FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2014 - NÃO AUDITADO
(Em milhares de reais)

	<u>31/03/2014</u>	<u>31/03/2013</u>
PREJUÍZO DO PERÍODO	<u>(22.978)</u>	<u>(19.274)</u>
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	<u>-</u>	<u>-</u>
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO PERÍODO	<u><u>(22.978)</u></u>	<u><u>(19.274)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O
TRIMESTRE FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2014 - NÃO AUDITADO

(Em milhares de reais)

	Capital social <u>Subscrito</u>	Prejuízos <u>Acumulados</u>	<u>Total</u>
SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2013	<u>715.000</u>	<u>(153.035)</u>	<u>561.965</u>
Prejuízo do período	<u>-</u>	<u>(19.274)</u>	<u>(19.274)</u>
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2013	<u>715.000</u>	<u>(172.309)</u>	<u>542.691</u>
SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2014	<u>715.000</u>	<u>(203.613)</u>	<u>511.387</u>
Prejuízo do período	<u>-</u>	<u>(22.978)</u>	<u>(22.978)</u>
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2014	<u>715.000</u>	<u>(226.591)</u>	<u>488.409</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA O
TRIMESTRE FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2014 - NÃO AUDITADO
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/03/2014</u>	<u>31/03/2013</u>
Receitas			
Receita operacional	14	64.963	60.525
Receita do contrato de construção	14	60.821	14.946
Outras		-	15
		<u>125.784</u>	<u>75.486</u>
Insumos adquiridos de terceiros			
Custos do contrato de construção		(60.219)	(14.795)
Materiais, serviço de terceiros e outros		(24.310)	(23.351)
		<u>(84.529)</u>	<u>(38.146)</u>
Valor adicionado bruto		<u>41.255</u>	<u>37.340</u>
Retenções			
Depreciação e amortização	7 e 8	<u>(19.161)</u>	<u>(16.063)</u>
Valor adicionado líquido pela companhia		22.094	21.277
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	16	<u>5.756</u>	<u>5.721</u>
Valor adicionado total a distribuir		<u>27.850</u>	<u>26.998</u>
Distribuição do valor adicionado			
Pessoal e encargos		7.957	7.982
Impostos, taxas e contribuições		(4.678)	(3.263)
Juros sobre empréstimos e financiamentos		47.549	41.553
Prejuízo do período		<u>(22.978)</u>	<u>(19.274)</u>
Valor adicionado distribuído		<u>27.850</u>	<u>26.998</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O
TRIMESTRE FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2014 - NÃO AUDITADO
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/03/2014</u>	<u>31/03/2013</u>
Prejuízo do período antes do imposto de renda e da contribuição social		(34.800)	(29.203)
Margem bruta de construção		(602)	(151)
Depreciação e amortização		19.161	16.063
Amortização custos de transação debêntures	16	863	816
Provisão para manutenção		8.132	5.310
Obrigações legais vinculadas a processos judiciais	9	409	131
Receita diferida	12	(2.105)	0
Variações monetárias, cambiais e encargos	16	46.686	40.092
		<u>37.744</u>	<u>33.058</u>
(Aumento) redução em ativos operacionais:			
Contas a receber de terceiros		2.464	(76)
Estoques		48	(19)
Impostos a recuperar		239	(649)
Outras contas a receber		-	(9)
Adiantamentos		37	(312)
Partes relacionadas			1.645
Depósitos judiciais	9	(704)	(2.413)
Despesas antecipadas		(103)	(3)
		<u>1.981</u>	<u>(1.836)</u>
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		2.489	756
Impostos e contribuições a recolher		(815)	(676)
Salários e encargos sociais a recolher		716	541
Receita diferida	12	-	(3.414)
Juros pagos		(26.393)	
Provisões		(1.434)	(22.319)
Partes relacionadas		1.506	
Outros		939	336
		<u>(22.992)</u>	<u>(24.776)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		<u>16.733</u>	<u>6.446</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Atividades de investimento			
Aplicação financeira		(18.704)	(17.228)
Aquisição de imobilizado	6	(847)	(1.400)
Aquisição de intangível	7	(61.269)	(15.861)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>(80.820)</u>	<u>(34.489)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Atividades de financiamento			
Captação de empréstimos e mútuos	8	91.608	-
Comissões pagas	8		(8.332)
Pagamento de empréstimos	8	(25.033)	(10.245)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		<u>66.575</u>	<u>(18.577)</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>2.488</u>	<u>(46.620)</u>
Saldo inicial caixa e equivalentes de caixa		117.949	147.078
Saldo final caixa e equivalentes de caixa		<u>120.437</u>	<u>100.458</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>2.488</u>	<u>(46.620)</u>
		-	-

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

A **Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.**, (“CART”) ou (“Companhia”), empresa controlada pela INVEPAR Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A., é uma sociedade de propósito específico, cujo objeto social consiste exclusivamente na administração e exploração do corredor rodoviário denominado Raposo Tavares, concedido pelo Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da ARTESP Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo.

O corredor Raposo Tavares é composto pelas rodovias SP-225 (Rodovia João Baptista Cabral Rennó, no trecho entre Bauru e Santa Cruz do Rio Pardo), SP-327 (Rodovia Orlando Quagliato, que liga Santa Cruz do Rio Pardo a Ourinhos) e SP-270 (Rodovia Raposo Tavares, no trecho entre Ourinhos e Presidente Epitácio) e respectivos acessos.

A administração da Companhia, em conformidade com as disposições legais, submete à apreciação de V.Sas., o Relatório de Desempenho correspondente às Demonstrações Financeiras Intermediárias referente ao trimestre findo em 31 de março de 2014, acompanhado do relatório de revisão especial dos auditores independentes.

DESEMPENHO OPERACIONAL

Desempenho Operacional (Mil)	3M14	3M13	Δ%
VEPs	13.371	12.168	9,9%
Veículos Leves	4.024	3.907	3,0%
Veículos Pesados	9.347	8.261	13,2%
Tráfego	6.276	6.077	3,3%
Veículos Leves	4.075	3.960	2,9%
Veículos Pesados	2.089	2.004	4,3%
Veículos Isentos	112	113	-0,9%
Tarifa Média (R\$)	4,70	4,67	0,5%

VEPs = Veículos Equivalentes Pagantes

Nos três meses acumulados de 2014, as praças de pedágio da CART registraram 13,4 milhões de Veículos Equivalentes Pagantes, 9,9% acima do registrado no mesmo período do ano anterior. Este resultado deveu-se principalmente pelo crescimento do volume de tráfego de veículos pesados, influenciado pelo pico de produção de grãos da 1ª safra. Parte do crescimento do período, aproximadamente 3,3%, é resultado do início da cobrança de eixos suspensos, a partir de 28 de julho de 2013.

RECEITA OPERACIONAL

Receita Operacional (R\$ Mil)	3M14	3M13	Δ%
Receita Bruta	125.784	75.471	66,7%
Receitas com Pedágio	62.782	56.862	10,4%
Receitas Acessórias	2.181	3.663	-40,5%
Receita de Construção (IFRS)	60.821	14.946	306,9%
Receita Bruta Ajustada¹	64.963	60.525	7,3%
Deduções da Receita Bruta	(5.681)	(5.374)	5,7%
Receita Líquida Ajustada¹	59.282	55.151	7,5%

¹ Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita de Construção.

Nos três meses acumulados de 2014, a CART obteve uma Receita Bruta de R\$ 125,8 milhões, um aumento de 66,7% em relação ao mesmo período do ano anterior. Parte da Receita Bruta é relacionada à Receita de Construção, advinda das normas de IFRS (R\$ 60,8 milhões). O impacto positivo da Receita de Construção está relacionado ao maior volume de obras executadas no período, como duplicação das rodovias e implantação/melhorias de dispositivos de acesso (pontes e viadutos).

Para efeito de análise, a Receita Líquida Ajustada não contempla os impactos do IFRS (itens não caixa).

Receita Líquida Ajustada (R\$ Mil)	3M14	3M13	Δ%
Receita Líquida Ajustada¹	59.282	55.151	7,5%
Receita com Pedágio	57.292	51.813	10,6%
Receitas Acessórias	1.990	3.338	-40,4%

¹ Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita de Construção.

A Receita Líquida Ajustada atingiu R\$ 59,3 milhões, um crescimento de R\$ 4,1 milhões, ou 7,5% frente ao mesmo período do ano anterior. Os principais impactos foram:

- **Receita com Pedágio** – Representou 96,6% da Receita Líquida Ajustada, com um crescimento de R\$ 5,5 milhões, ou 10,6%, representado principalmente pelo: (i) aumento de VEPs (Veículos Equivalentes Pagantes) no período, que respondeu por R\$ 5,1 milhões e está impactado pelo início da cobrança do eixo suspenso em 28 de julho de 2013¹ (R\$ 2,1 milhões); (ii) Reclassificação tarifária da Praça de Pedágio de Ourinhos, ocorrida em 11 de agosto de 2013 em função da entrega de trecho de duplicação da SP-327, que foi responsável por R\$ 0,4 milhão;
- **Receitas Acessórias** – Representou 3,4% da Receita Líquida Ajustada, com uma diminuição de R\$ 1,3 milhão em relação ao mesmo período do ano anterior. A variação deveu-se principalmente pelo término de um contrato de locação de fibra óptica de curto prazo, em julho de 2013.

¹ Para maiores esclarecimentos sobre a cobrança de eixo suspenso, ver seção Considerações no final deste documento.

CUSTOS & DESPESAS

Custos & Despesas (R\$ Mil)	3M14	3M13	Δ%
Custos & Despesas Operacionais	(112.962)	(63.832)	77,0%
Pessoal	(7.957)	(7.982)	-0,3%
Conservação & Manutenção	(3.292)	(5.190)	-36,6%
Operacionais	(8.647)	(8.533)	1,3%
Outorga Variável	(975)	(1.816)	-46,3%
Despesas Administrativas	(4.579)	(4.143)	10,5%
Custo de Construção (IFRS)	(60.219)	(14.795)	307,0%
Provisão de Manutenção (IFRS)	(8.132)	(5.310)	53,1%
Depreciação & Amortização	(19.161)	(16.063)	19,3%
Custos & Despesas Operacionais Ajustado¹	(44.611)	(43.727)	2,0%

¹ Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita e ao Custo de Construção e à Provisão para Manutenção.

Nos três meses acumulados de 2014, os Custos & Despesas Operacionais totalizaram R\$ 113,0 milhões. Incluído neste valor estão R\$ 60,2 milhões de Custo de Construção e R\$ 8,1 milhões de Provisão de Manutenção, ambos relacionados ao IFRS. Em comparação com o mesmo período do ano anterior, houve um aumento no valor do Custo de Construção, que a exemplo da Receita de Construção (já citada anteriormente), está impactado pelo maior volume de obras executadas no período. Já o aumento do valor da Provisão de Manutenção, reflete as expectativas mais atualizadas da Companhia para gastos com a futura restauração do pavimento após o término da sua vida útil, que a partir de janeiro de 2014 inclui também as estradas vicinais.

Para efeito de análise, os Custos & Despesas Operacionais Ajustados não contemplam estes valores.

Os Custos & Despesas Operacionais Ajustado somaram R\$ 44,6 milhões no período, um aumento de 2,0% em relação ao mesmo período do ano anterior, bastante abaixo da inflação pelo IPCA, que foi de 6,2%. Principais impactos: (i) Diminuição dos gastos com Conservação & Manutenção em R\$ 1,9 milhão, diretamente relacionado à estiagem incomum para o período; (ii) Variação positiva da rubrica Outorga Variável, decorrente da redução da alíquota incidente sobre a receita total arrecadada (de 3% para 1,5%), como compensação parcial pelo não reajuste tarifário em julho de 2013; (iii) O resultado da rubrica Depreciação & Amortização reflete o maior volume de obras

executadas, o que gerou uma maior adição no intangível e consequentemente um maior custo de amortização no período comparado.

EBITDA & MARGEM EBITDA

EBITDA & Margem EBITDA (R\$ Mil)	3M14	3M13	Δ%
Receita Bruta	125.784	75.471	66,7%
Receita Líquida	120.103	70.097	71,3%
Custos Operacionais	(103.660)	(54.279)	91,0%
Lucro Bruto	16.443	15.818	4,0%
Despesas Gerais & Administrativas	(9.302)	(9.553)	-2,6%
EBIT	7.141	6.265	14,0%
(+) Depreciação & Amortização	19.161	16.063	19,3%
EBITDA¹	26.302	22.328	17,8%
Margem EBITDA¹	21,9%	31,9%	-10,0 p.ps
Ajustes	7.530	5.159	46,0%
(-) Receita de Construção (IFRS)	(60.821)	(14.946)	306,9%
(+) Custo de Construção (IFRS)	60.219	14.795	307,0%
(+) Provisão de Manutenção (IFRS)	8.132	5.310	53,1%
EBITDA Ajustado²	33.832	27.487	23,1%
Margem EBITDA Ajustado²	57,1%	49,8%	7,2 p.ps

¹ Instrução CVM Nº527/12;

² Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita e ao Custo de Construção e à Provisão para Manutenção.

O EBITDA, considerando o impacto IFRS, totalizou R\$ 26,3 milhões nos três primeiros meses de 2014, um aumento de 17,8% em relação ao mesmo período de 2013, com uma Margem EBITDA de 21,9%. O EBITDA Ajustado atingiu R\$ 33,8 milhões, com uma Margem EBITDA Ajustado de 57,1%, uma variação positiva de 7,2 p.ps. no período em comparação. O resultado deveu-se principalmente pelo aumento da Receita Operacional.

O EBITDA Ajustado é calculado desconsiderando os valores de Receita e Custo de Construção e Provisão de Manutenção, introduzidas pela adoção do IFRS.

RESULTADO FINANCEIRO

Resultado Financeiro (R\$ Mil)	3M14	3M13	Δ%
Resultado Financeiro	(41.941)	(35.468)	18,3%
Receitas Financeiras	5.756	5.721	0,6%
Juros sobre Aplicações Financeiras	5.597	5.721	-2,2%
Outros	159	-	n/a
Despesas Financeiras	(47.697)	(41.189)	15,8%
Juros sobre Despesas Financeiras	(25.966)	(21.556)	20,5%
Variações Cambiais e Monetárias	(21.583)	(18.538)	16,4%
Comissões e despesas bancárias	(144)	(276)	-47,8%
Outros	(4)	(819)	-99,5%

Nos três meses acumulados de 2014 o resultado financeiro da Companhia totalizou R\$ 41,9 milhões de despesas líquidas, um aumento de 18,3% em relação ao mesmo período do ano anterior. Esta variação ocorreu principalmente em razão dos maiores dispêndios de Despesas Financeiras decorrentes do aumento do volume de endividamento da Companhia.

PREJUÍZO LÍQUIDO

Resultado Líquido (R\$ Mil)	3M14	3M13	Δ%
Lucro / Prejuízo Líquido	(22.978)	(19.274)	19,2%

O somatório de fatores citados anteriormente resultou num Prejuízo Líquido de R\$ 23,0 milhões, um aumento de 19,2%.

DISPONIBILIDADES & ENDIVIDAMENTO

Disponibilidades e Endividamento (R\$ Mil)	3M14	3M13	Δ%
Dívida Líquida	(1.273.951)	(931.860)	36,7%
Disponibilidades	194.991	357.742	-45,5%
Caixa e Equivalente de Caixa	120.437	100.458	19,9%
Aplicações Financeiras	74.554	257.284	-71,0%
Dívida Bruta	1.468.942	1.289.602	13,9%
Curto Prazo	89.025	78.993	12,7%
Empréstimos e Financiamentos	75.723	66.603	13,7%
Debêntures	13.302	12.390	7,4%
(-) Encargos Financeiros	-	-	n/a
Longo Prazo	1.379.917	1.210.609	14,0%
Empréstimos e Financiamentos	620.923	499.839	24,2%
Debêntures	813.798	768.915	5,8%
(-) Encargos Financeiros	(54.804)	(58.145)	-5,7%
Dívida Líquida Ajustada	(1.328.755)	(990.005)	34,2%

Dívida Líquida Ajustada = Não considera o efeito contábil da apropriação dos Encargos Financeiros.

A CART encerrou o primeiro trimestre de 2014 com saldo de caixa disponível e aplicações financeiras de R\$ 195,0 milhões, 45,5% menor em relação ao montante disponível no final de março de 2013. O saldo no final do primeiro trimestre de 2013 contemplava boa parte do volume de debêntures captado no final de 2012, e que foi aplicado nos investimentos da Companhia no decorrer do ano de 2013.

A dívida bruta da Companhia atingiu R\$ 1,5 bilhão no período, representando um aumento de 13,9%. O crescimento da dívida ocorreu principalmente em razão das liberações de novas parcelas do contrato sênior com o BNDES (Contrato de R\$ 1,0 bilhão, tendo sido liberado aproximadamente 76% até mar/14). O perfil do endividamento se manteve e o montante da dívida com vencimento no longo prazo representou 93,9%, o mesmo patamar do período do ano anterior.

INVESTIMENTOS

Investimentos (R\$ Mil)	3M14	3M13	Δ%
Investimento Total	62.116	17.261	259,9%
Imobilizado	847	1.400	-39,5%
Intangível	61.871	16.012	286,4%
Software e Outros	60	49	22,4%
Direito de Concessão (Investimento)	61.811	15.963	287,2%
(-) Margem de Construção	(602)	(151)	298,7%

No período em comparação, houve um aumento de 259,9% nos Investimentos da Companhia. No total, foram investidos R\$ 62,1 milhões no 1º trimestre de 2014, destinados principalmente para a execução de obras de duplicação das rodovias e implantação/melhorias de dispositivos (pontes e viadutos).

CONSIDERAÇÕES

Em 24 de junho de 2013 o Governo do Estado de São Paulo autorizou os reajustes dos contratos de concessão das rodovias estaduais, a partir de 1º de julho de 2013. Porém, comunicou sua decisão de não repassar os valores dos reajustes aos usuários das rodovias. O Exmo. Sr. Governador do Estado de São Paulo Geraldo Alckmin, declarou à época que as condições dos contratos de concessão seriam mantidas, reafirmando a parceria do Estado com a iniciativa privada.

Como forma de compensar parte dos impactos desta decisão, ratificando o seu compromisso de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos afetados, o Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria Estadual de Logística e Transportes e da Agência Reguladora de Transporte do Estado de São Paulo (ARTESP), deliberou:

- Pela redução de 50% do percentual pago pelas concessionárias a título de ônus variável incidente sobre a receita total arrecadada (de 3% para 1,5%);
- Pelo estabelecimento de cobrança da tarifa de pedágio de todos os eixos de veículos comerciais, inclusive os que não estejam em contato com a pista no momento da passagem do veículo pela Praça de Pedágio (chamados de “eixos suspensos”).

A direção da Companhia entende que a imediata adoção de ações compensatórias reforça o compromisso do Governo do Estado de São Paulo com a preservação da estrutura regulatória, visto que a decisão pelo não repasse do reajuste dos pedágios aos usuários não afasta o direito da manutenção do equilíbrio econômico-financeiro e da taxa interna de retorno original do contrato de concessão.

A rápida implementação de ações compensatórias atenuou os impactos e minimizou o comprometimento da capacidade financeira da Companhia no curto prazo. Contudo, a Companhia está buscando junto ao Poder Concedente, formas adicionais de compensação que possibilitem o saneamento pleno do desequilíbrio econômico-financeiro causado pelo não repasse do reajuste dos pedágios aos usuários.

O percentual de reajuste tarifário, medido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumulado entre junho de 2012 e maio de 2013, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), foi de 6,5%.

CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A. - CART

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS

REFERENTE AO TRIMESTRE FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2014 - Não Auditado

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. (“CART” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital aberto, constituída em 12 de novembro de 2008, cuja atividade exclusiva é a exploração do sistema rodoviário do corredor Raposo Tavares, sob o regime de concessão, do Edital nº 04 do Programa de Estadual de Concessões Rodoviárias do Estado de São Paulo. A Companhia não possui ações de sua emissão negociados publicamente. A sede da Companhia está localizada na Avenida Issa Marar 2-200 em Bauru, Estado de São Paulo.

O objeto da concessão compreende a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, apoio na execução dos serviços não delegados e controle dos serviços complementares, por prazo determinado, mediante a cobrança de tarifas de pedágio reajustada anualmente, com data base no mês julho, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - IPCA no período e de fontes alternativas de receita, desde que previamente aprovadas pela Agência de Transportes do Estado de São Paulo - ARTESP, que podem advir de atividades relativas à exploração da rodovia, de suas faixas de domínio e publicidade.

O Edital de nº 004/2008 atualmente é um conjunto de pistas de rolamento do Sistema Rodoviário, suas respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos nelas contidas, compreendendo:

- I. SP-270: Rodovias Raposo Tavares: início do trecho no Km381, no entroncamento com a SP-327, Km32, Ourinhos; final do trecho no Km654, Presidente Epitácio, na divisa com Mato Grosso do Sul.
- II. SP-225: início do trecho no km 235+040, no entroncamento com a SP-300, Km336+735, Bauru; final do trecho no Km 317+800, no entroncamento com a SP-327, Km0+000, Santa Cruz do Rio Pardo.
- III. SP-327: início do trecho no km0+000, no entroncamento com a SP-225, Km317+800, Santa Cruz do Rio Pardo; final do trecho no Km32+443, no entroncamento com a SP-270, km381+703, e entroncamento com a BR-153, Km338+361, Ourinhos.

A assinatura do Termo de Contrato da Concessão Rodoviária foi realizada em 16 de março de 2009, após homologação dos resultados pelo Poder Concedente.

O prazo de concessão é de 30 (trinta) anos, contados da data da transferência de controle do sistema existente, podendo ser prorrogado na forma da lei e conforme condições previstas no contrato de concessão. Extinta a concessão, retorna ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados a exploração do sistema rodoviário. A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo de concessão.

2. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS (INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS)

Apresentação das informações financeiras intermediárias (informações trimestrais)

As informações financeiras intermediárias (informações trimestrais) da Companhia, aprovadas em 09 de maio de 2014 pelo Conselho de Administração, compreendem:

As informações financeiras intermediárias individuais elaboradas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) Demonstração Intermediária e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais ITR.

As demais informações referentes às bases de elaboração, apresentação das informações financeiras intermediárias e resumo das principais práticas contábeis não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas nas Notas Explicativas nº 2 e 3 às Demonstrações Financeiras Anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013 (doravante denominadas de “Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2013”), publicadas na imprensa oficial em 07 de março de 2014.

2.1 Adoção dos padrões internacionais de contabilidade

Novos procedimentos contábeis emitidos pelo IASB

O International Accounting Standards Board - IASB publicou ou alterou os seguintes pronunciamentos, orientações ou interpretações contábeis, cuja adoção obrigatória deverá ser feita em períodos subsequentes, ainda não emitidos pelo CPC:

Aplicáveis em exercícios iniciados em ou a partir de 01 de janeiro de 2014, exceto quanto à alteração do IAS 39 citada abaixo que é aplicável para exercícios em exercícios iniciados em ou a partir de 01 de junho de 2014:

IAS 36 - Redução no valor recuperável de ativo (alteração) - introduz alterações e clarificações sobre as divulgações requeridas por esse pronunciamento.

IAS 39 - Instrumentos financeiros - reconhecimento e mensuração (alteração) - clarifica que não há necessidade de descontinuar o hedge accounting no caso de novação do contrato de derivativo vinculado ao hedge desde que sejam atingidas certas condições.

IAS 32 - Instrumentos financeiros - divulgação (alteração) - clarifica as condições para a apresentação de um ou mais instrumentos financeiros pelo líquido de suas posições.

IFRS 10 - Demonstrações financeiras consolidadas (alteração) - introduz alterações nas regras de consolidação, divulgação e apresentação de demonstrações separadas para empresas de investimento.

IFRIC 21 - Taxas governamentais (nova interpretação) - introduz guia de quando reconhecer uma taxa imposta por ente governamental.

Aplicáveis em exercícios iniciados em ou a partir de 01 de janeiro de 2015:

IFRS 9 (novo pronunciamento) - introduz novos requerimentos de classificação e mensuração de ativos financeiros.

IFRS 1 (alteração) - Isenções dos requerimentos de reapresentação das informações comparativas para a IFRS 9

As alterações às IFRSs mencionadas anteriormente ainda não foram editadas pelo CPC. No entanto, em decorrência do compromisso do CPC e da CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações e modificações feitas pelo IASB, é esperado que essas alterações e modificações sejam editadas pelo CPC e aprovadas pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

A Companhia não adotou tal pronunciamento antecipadamente e está procedendo a sua análise sobre os impactos desses novos pronunciamentos ou alterações em suas informações financeiras intermediárias.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Caixa e equivalentes de caixa:	<u>31/03/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Caixa geral	3	10
Numerário em trânsito	617	1.052
Bancos conta movimento	2.695	1.214
Fundo de troco	120	120
Operações compromissadas	80.311	75.203
Certificados de depósitos bancários - CDB	<u>36.691</u>	<u>40.350</u>
Saldo de caixa e equivalentes de caixa	<u>120.437</u>	<u>117.949</u>
Aplicações Financeiras - Circulante:		
Operações compromissadas (conta reserva BNDES)	-	51.567
Operações compromissadas (conta reserva Debenturistas)	<u>-</u>	<u>4.283</u>
Saldo de aplicações financeiras	<u>-</u>	<u>55.850</u>
Aplicações Financeiras - Não circulante:		
Operações compromissadas (conta reserva BNDES)	58.248	-
Operações compromissadas (conta reserva Debenturistas)	<u>16.306</u>	<u>-</u>
Saldo de aplicações financeiras	<u>74.554</u>	<u>-</u>

As aplicações equivalentes de caixa referem-se a operações de renda fixa junto a instituições financeiras de primeira linha, lastreadas por Certificados de Depósito Bancário - CDB indexados a taxa de 101,0% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

As aplicações financeiras referem-se substancialmente a operações de renda fixa junto a instituições financeiras de primeira linha, lastreadas por operações compromissadas em Debêntures indexadas a taxa de 101,0% a 103,0% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

As aplicações financeiras no montante de R\$58.248 em 31 de março de 2014 foram efetuadas em conexão com a cláusula estipulada em contrato de empréstimo junto ao BNDES, que determinam que a Companhia deva constituir de uma conta reserva, na qual deverão ser depositados recursos em montante equivalente a: (i) 6 (seis) meses de prestações vincendas de amortização de principal e encargos da dívida dos Subcréditos “A”, “B-1”, “B-2”, “C”, “D”, “E” e “F” até agosto de 2013; (ii) 7 (sete) meses de prestações vincendas de amortização de principal e encargos da dívida dos Subcréditos “A”, “B-1”, “B-2”, “C”, “D”, “E” e “F” a partir de setembro de 2013; e (iii) 8 (oito) meses de prestações vincendas de amortização de principal e encargos da dívida dos Subcréditos “A”, “B-1”, “B-2”, “C”, “D”, “E” e “F” a partir de setembro de 2015.”

As aplicações financeiras no montante de R\$16.306 em 31 de março de 2014 foram efetuadas em conexão com a cláusula estipulada na Escritura Particular da 2ª Emissão de Debêntures Simples, que determinam que a Companhia deva constituir de uma Conta de Pagamento do Serviço da Dívida das Debêntures.

4. CRÉDITOS A RECEBER

	<u>31/03/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
AVI (*)	10.711	13.690
CIELO - Vale pedágio	1.021	520
DBTRANS - Vale pedágio	215	256
Outros	<u>55</u>	<u>-</u>
	<u>12.002</u>	<u>14.466</u>

(*) Contas a receber referente à utilização das etiquetas eletrônicas nas pistas automáticas. Em 31 de março de 2014 não havia valores vencidos nas contas a receber da Companhia.

5. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Os principais componentes do imposto de renda e da contribuição social diferidos estão demonstrados a seguir:

	Balanço patrimonial			
	<u>31/03/2014</u>		<u>31/12/2013</u>	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Prejuízo fiscal e base negativa	(498.127)	(498.127)	(460.278)	(460.278)
Diferenças temporárias	<u>157.820</u>	<u>157.820</u>	<u>154.743</u>	<u>154.743</u>
Base de cálculo	(340.307)	(340.307)	(305.535)	(305.535)
Alíquota	<u>25%</u>	<u>9%</u>	<u>25%</u>	<u>9%</u>
Imposto de renda diferido	<u>85.077</u>	<u>30.628</u>	<u>76.384</u>	<u>27.498</u>

	Resultado			
	31/03/2014		31/12/2013	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(34.799)	(34.799)	(29.203)	(29.203)
Alíquota do imposto de renda e contribuição social	<u>25%</u>	<u>9%</u>	<u>25%</u>	<u>9%</u>
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	8.699	3.132	7.301	2.628
Ajustes no lucro líquido que afetam o resultado do período:				
Adições permanentes	<u>(6)</u>	<u>(3)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total dos impostos no resultado	<u>8.693</u>	<u>3.129</u>	<u>7.301</u>	<u>2.628</u>

A Companhia tem créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social. A compensação dos prejuízos fiscais, limitada a 30% do resultado tributável do exercício, implica em considerável aumento no prazo de recuperação dos créditos tributários.

Os créditos tributários diferidos foram constituídos no pressuposto de sua realização futura, que estabelece as condições essenciais para o reconhecimento contábil e manutenção de ativo diferido, decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social e diferenças temporárias.

Os estudos técnicos realizados pela Companhia, para suportar a manutenção dos valores contabilizados, confirmam a capacidade provável de geração de lucros tributáveis e a plena realização destes ativos dentro do prazo estipulado. Tais estudos correspondem às melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura dos resultados da Companhia. Nesse sentido, e devido à própria natureza das projeções financeiras e às incertezas inerentes às informações baseadas em expectativas futuras, principalmente no mercado no qual a Companhia está inserida, poderá haver diferenças entre os resultados estimados e os reais.

Na tabela abaixo, apresenta-se o cronograma previsto para realização total dos ativos fiscais diferidos registrados:

Exercícios	
2018	5.937
2019	11.142
2020	15.845
2021 em diante.	<u>139.359</u>
Total dos ativos fiscais diferidos	<u>172.283</u>
Total dos passivos fiscais diferidos (RTT)	<u>(56.578)</u>
Total dos impostos diferidos	<u>115.705</u>

6. IMOBILIZADO

	Prazo de depreciação em anos	Saldo em 31/12/2013	Adições	Baixas	Saldo em 31/03/2014
Instalações	25	153	-	-	153
Máquinas e equipamentos	5	4.492	7	-	4.499
Móveis e utensílios	5	4.106	18	-	4.124
Veículos	5	1.460	618	-	2.078
Equipamentos de informática	5	32.465	198	-	32.663
Ferramentas e aparelhos	5	313	6	-	319
		42.989	847	-	43.836
Depreciação acumulada		(26.989)	(2.093)	-	(29.082)
Imobilizado líquido		<u>16.000</u>	<u>(1.246)</u>	-	<u>14.754</u>

	Prazo de depreciação em anos	Saldo em 31/12/2012	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2013
Instalações	25	153	-	-	-	153
Máquinas e equipamentos	5	4.503	272	(2)	(281)	4.492
Móveis e utensílios	5	3.218	892	(4)	-	4.106
Veículos	5	1.714	122	(376)	-	1.460
Equipamentos de informática	5	28.851	3.627	(12)	(1)	32.465
Ferramentas e aparelhos	5	281	32	-	-	313
		38.720	4.945	(394)	(282)	42.989
Depreciação acumulada		(19.142)	(7.985)	130	8	(26.989)
Imobilizado líquido		<u>19.578</u>	<u>(3.040)</u>	<u>(264)</u>	<u>(274)</u>	<u>16.000</u>

Em 31 de março de 2014 e 2013, não havia bens do ativo imobilizado dados em garantia de empréstimos ou a processos de qualquer natureza.

Pela natureza dos bens integrantes de seu ativo imobilizado nos períodos findos em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013 não foram identificados ativos qualificáveis a capitalização de custos de empréstimos.

Anualmente, o ativo imobilizado é submetido a análises de indicação de perda de seu valor recuperável. Em 31 de março de 2014, após análise de fontes externas e internas de informação, os ativos não apresentaram qualquer indício de perda, desvalorização, ou dano físico, que pudessem comprometer o fluxo de caixa futuro da Companhia.

7. INTANGÍVEL

	Prazo de amortização em anos	Saldo em 31/12/2013	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/03/2014
Direito de uso <i>software</i>	5	7.654	60	-	-	7.714
Marcas e patentes	10	20	-	-	-	20
Direito de concessão	30	1.233.653	61.811	-	-	1.295.464
Outorga fixa	30	634.000	-	-	-	634.000
		1.875.327	61.871	-	-	1.937.198
Amortização acumulada		(206.726)	(17.068)	-	-	(223.794)
Intangível, líquido		<u>1.668.601</u>	<u>44.803</u>	-	-	<u>1.713.404</u>

	Prazo de amortização em anos	Saldo em 31/12/2012	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2013
Direito de uso <i>software</i>	5	6.562	1.092	-	-	7.654
Marcas e patentes	10	20	-	-	-	20
Direito de concessão	30	947.963	285.495	(87)	282	1.233.653
Outorga fixa	30	<u>634.000</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>634.000</u>
		1.588.545	286.587	(87)	282	1.875.327
Amortização acumulada		<u>(147.538)</u>	<u>(59.261)</u>	<u>81</u>	<u>(8)</u>	<u>(206.726)</u>
Intangível, líquido		<u>1.441.007</u>	<u>227.326</u>	<u>(6)</u>	<u>274</u>	<u>1.668.601</u>

O direito de outorga fixa refere-se ao direito de exploração do sistema rodoviário do corredor Raposo Tavares, conforme mencionado na Nota 1. A amortização é efetuada pelo método linear de acordo com o prazo de concessão.

De acordo com o CPC 01(R1) - “Redução ao Valor Recuperável de Ativos”, os itens do ativo intangível, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração efetuou análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos. Em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013 não foram identificadas evidências de ativos intangíveis com custos registrados superiores os seus valores de recuperação.

A Companhia entende não haver a necessidade de capitalização de juros dos empréstimos, em virtude das obras constantes no seu programa de investimento ser executadas em curto prazo.

Em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013, não havia bens do ativo intangível dados em garantia de empréstimos ou a processos de qualquer natureza.

8. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013, a conta empréstimos e financiamentos e debêntures estava composta da seguinte forma:

Objeto	Indexador	Juros	Vencimento	2014				
				Principal	Amortização	Juros	Atualização monetária	Saldo
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/21	178.048	46.855	367	-	131.560
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/21	104.132	27.402	214	-	76.944
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/21	95.395	25.104	197	-	70.488
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/21	8.949	2.355	19	-	6.613
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/23	50.922	2.680	135	-	48.377
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/21	868	223	2	-	647
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/23	20.283	1.068	54	-	19.269
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/23	12.853	676	34	-	12.211
BNDES	TRB*+ 2,45%	2,45% a.a.	15/03/23	12.123	1.390	224	1.639	12.596
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/21	1.787	410	4	-	1.381
BNDES	TRB*+ 2,45%	2,45% a.a.	15/03/23	15.362	1.734	256	1.828	15.712
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/23	10.509	553	28	-	9.984
BNDES	TRB*+ 2,45%	2,45% a.a.	15/03/23	17.753	1.978	268	1.880	17.923
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/23	10.133	533	27	-	9.627
BNDES	TRB*+ 2,45%	2,45% a.a.	15/03/23	25.784	2.848	354	2.507	25.797
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/23	12.305	648	33	-	11.689
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/23	15.310	806	41	-	14.545
BNDES	TRB*+ 2,45%	2,45% a.a.	15/03/23	11.077	1.204	132	905	10.910
BNDES	TRB*+ 2,45%	2,45% a.a.	15/03/23	10.227	1.112	122	836	10.073
BNDES	TRB*+ 2,45%	2,45% a.a.	17/03/25	34.354	-	876	862	36.092
BNDES	TRB*+ 2,45%	2,45% a.a.	17/03/25	38.316	-	977	962	40.255
BNDES	TRB*+ 2,45%	2,45% a.a.	17/03/25	22.019	-	561	553	23.133
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/23	57.280	1.041	157	-	56.396
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	17/03/25	12.625	-	35	-	12.660
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	17/03/25	21.704	-	62	-	21.766
Debenturistas - Série 1	IPCA	5,8% a.a.	15/12/24	380.000	-	6.602	32.324	418.926
Debenturistas - Série 2	IPCA	6,05% a.a.	15/12/24	370.000	-	6.699	31.474	408.173
(-) Custos de transação - Debêntures								(54.805)
Total								<u>1.468.942</u>
Parcelas de curto prazo								<u>89.025</u>
Parcelas de longo prazo								<u>1.379.917</u>

*Taxa de referencia do BNDES indexada ao IPCA

Objeto	Indexador	Juros	Vencimento	2013				
				Principal	Amortização	Juros	Atualização monetária	Saldo
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/2021	178.048	42.169	407	-	136.286
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/2021	104.132	24.663	238	-	79.707
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/2021	95.395	22.594	219	-	73.020
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/2021	8.949	2.120	21	-	6.850
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/2023	50.922	1.340	149	-	49.731
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/2021	868	200	2	-	670
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/2023	20.283	534	59	-	19.808
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/2023	12.853	338	38	-	12.553
BNDES	TRB*+ 2,45%	2,45% a.a.	15/03/2023	12.123	-	3.021	1.517	16.661
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/2021	1.787	361	4	-	1.430
BNDES	TRB*+ 2,45%	2,45% a.a.	15/03/2023	15.362	-	3.287	1.652	20.301
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/2023	10.509	277	31	-	10.263
BNDES	TRB*+ 2,45%	2,45% a.a.	15/03/2023	17.753	-	3.218	1.656	22.627
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/2023	10.133	267	30	-	9.896
BNDES	TRB*+ 2,45%	2,45% a.a.	15/03/2023	25.784	-	3.489	2.161	31.434
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/2023	12.305	324	36	-	12.017
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/2023	15.310	403	45	-	14.952
BNDES	TRB*+ 2,45%	2,45% a.a.	15/03/2023	11.077	-	1.190	741	13.008
BNDES	TRB*+ 2,45%	2,45% a.a.	15/03/2023	10.227	-	1.098	685	12.010
BNDES	TRB*+ 2,45%	2,45% a.a.	17/03/2025	34.354	-	121	93	34.568
BNDES	TRB*+ 2,45%	2,45% a.a.	17/03/2025	38.316	-	135	104	38.555
BNDES	TRB*+ 2,45%	2,45% a.a.	17/03/2025	22.019	-	78	59	22.156
Debenturistas - Série 1	IPCA	5,8% a.a.	15/12/2024	380.000	-	904	23.587	404.491
Debenturistas - Série 2	IPCA	6,05% a.a.	15/12/2024	370.000	-	917	22.967	393.884
(-) Custos de transação - Debêntures								<u>55.222</u>
Total								<u>1.381.210</u>
Parcelas de curto prazo								<u>83.737</u>
Parcelas de longo prazo								<u>1.297.473</u>

*Taxa de referencia do BNDES indexada ao IPCA

Segue abaixo a composição dos empréstimos e financiamentos de longo prazo por ano de vencimento, os valores demonstrados abaixo não estão considerando o custo de transação no montante de R\$ 54.805.

<u>Exercícios</u>	<u>Saldo</u>
2015	128.842
2016	90.967
2017	98.467
2018	98.467
2019	98.467
2020 em diante	<u>919.511</u>
	<u>1.434.722</u>

Debêntures - 2ª emissão

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 09 de novembro de 2012, foi aprovada a realização da segunda emissão de debêntures simples da companhia, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional real, a ser convolada em espécie com garantia real, em regime de garantia firme de colocação, para distribuição pública, estruturada de acordo com a instrução CVM nº 400, no valor de R\$750.000, emitidas em duas séries, sendo, “debêntures da primeira série” e “debêntures da segunda série”.

Foram emitidas 750.000 debêntures, com valor nominal unitário de R\$1,00, totalizando R\$750.000. A emissão se deu em duas séries, sendo que para a primeira série foram emitidas 380.000 debêntures no âmbito da lei 12.431/11 e para a segunda série foram emitidas 370.000 as quais não contaram com os benefícios da Lei na Lei 12.431/11.

As debêntures terão prazo de vencimento de 12 (doze) anos, contados a data de emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de dezembro de 2024 e incidirão juros remuneratórios, prefixados correspondentes a 5,80% a.a. para as debêntures da primeira série, e 6,05% a.a. para as debêntures da segunda série.

Os juros remuneratórios são pagos anualmente, a partir da data de emissão, sempre no dia 15 do mês de dezembro, tendo o primeiro pagamento ocorrido em 15 de dezembro de 2013 e o último pagamento na data de vencimento das debêntures.

As debêntures emitidas não possuem cláusula de repactuação.

Os encargos financeiros incorridos da captação das debêntures no montante de R\$59.008 estão sendo apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos, conforme CPC 08 (R1) - “Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários”. O saldo a apropriar em 31 de março de 2014 é de R\$54.805(R\$55.668 em 31 de dezembro de 2013).

Na tabela abaixo, apresenta-se o cronograma previsto para apropriação dos encargos financeiros aos resultados dos exercícios:

Exercícios	Saldo
2014	(2.361)
2015	(3.428)
2016	(3.228)
2017	(3.443)
2018	(3.201)
2019 em diante	(39.144)
	<u>(54.805)</u>

BNDES - Sênior

Em 10 de fevereiro de 2011, a Concessionária Auto Raposo Tavares S.A assinou contrato com o BNDES convertendo a captação inicial da modalidade Ponte para Sênior.

A primeira liberação, referente ao “Subcrédito A”, no montante de R\$377.575, ocorreu em 15 de fevereiro de 2011, onde foi descontado integralmente o valor original, juros e comissão do empréstimo ponte no montante de R\$273.637, restando o valor líquido de R\$103.938.

O montante de R\$377.575 deverá ser pago em 114 parcelas mensais e consecutivas, sendo a primeira em 15 de outubro de 2011. Sobre o montante da dívida incorrerão juros de 2,45% a.a. acima da TJLP.

O empréstimo Sênior além de alongar a dívida apresenta um custo menor à Concessão em relação ao empréstimo Ponte.

O crédito foi posto à disposição da Companhia à medida que as comprovações de aplicação dos recursos anteriormente liberados sejam feitas. Do montante total contratado de R\$1.052.242, foi liberado pelo BNDES R\$800.118 até 31 de março de 2014 (R\$765.789 até 31 de dezembro de 2013).

Subcrédito	Saldos dos subcréditos BNDES - Sênior (R\$mil)										Saldo	
	Valor do subcrédito (R\$)	Liberado até 31/12/11	5ª liberação 24/01/12	6ª liberação 15/02/12	7ª liberação 15/05/12	8ª liberação 15/08/12	9ª liberação 16/12/12	10ª liberação 16/12/13	11ª liberação 21/01/14	12ª liberação 17/02/14		
A TJLP	377.575	377.575	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
B - 1 TJLP	1.787	-	-	1.787	-	-	-	-	-	-	-	-
B - 2 TJLP	9.817	9.817	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
C TJLP	174.285	71.205	12.853	-	10.510	10.133	12.305	-	57.279	-	-	-
D TJLP	15.310	-	-	-	-	-	15.310	-	-	-	-	-
D - 1 IPCA	11.077	-	-	-	-	-	11.077	-	-	-	-	-
D - 2 IPCA	12.123	12.123	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
D - 3 IPCA	15.362	-	-	15.362	-	-	-	-	-	-	-	-
D - 4 IPCA	10.227	-	-	-	-	-	10.227	-	-	-	-	-
D - 6 IPCA	25.784	-	-	-	-	25.784	-	-	-	-	-	-
D - 8 IPCA	17.753	-	-	-	17.753	-	-	-	-	-	-	-
F - 3 IPCA	34.354	-	-	-	-	-	-	34.354	-	-	-	-
F - 4 IPCA	38.316	-	-	-	-	-	-	38.316	-	-	-	-
F - 6 IPCA	22.019	-	-	-	-	-	-	22.019	-	-	-	-
E TJLP	<u>138.839</u>	-	-	-	-	-	-	-	<u>12.625</u>	<u>21.704</u>	<u>104.510</u>	-
Total	<u>904.628</u>	<u>470.720</u>	<u>12.853</u>	<u>17.149</u>	<u>28.263</u>	<u>35.917</u>	<u>48.919</u>	<u>94.689</u>	<u>69.904</u>	<u>21.704</u>	<u>104.510</u>	-

Como condição restritiva, é vedada à Companhia a aplicação dos recursos em finalidade diversa da prevista no objeto dos financiamentos, assumirem novas dívidas acima do montante correspondente a 15% (quinze por cento) do faturamento bruto apurado nos últimos 12 meses. A administração da companhia entende que esta condição não foi violada.

Adicionalmente, esse contrato de financiamento possui cláusulas restritivas quanto a determinados índices financeiros, que em caso de descumprimento aceleram o vencimento do financiamento. Os índices financeiros são:

- Patrimônio Líquido/Ativo Total: Apresentar proporção > 20% (vinte por cento).
- ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) = EBITDA ajustado/(amortizações + juros das dívidas financeiras de curto e longo prazos): Manter índice $\geq 1,2$.

A Companhia, em 31 de março de 2014, atendeu as referidas condições restritivas.

A liberação total aprovada monta R\$1.052.242 e está segregada em subcréditos conforme descrito abaixo:

Subcrédito	Valor (R\$)	Prazo	Taxa juros	
A	TJLP	377.575	114 parcelas mensais a	Incidirão juros de 2,45% a.a. acima da TJLP
B - 1	TJLP	1.787	partir de 15/10/2011	
B - 2	TJLP	9.817		
C	TJLP	174.285	114 parcelas mensais a	Incidirão juros a taxa de 2,45% a.a. acima da taxa de referência divulgada pelo BNDES
D	TJLP	15.310	partir de 15/10/2013	
D - 1	TRIPCA	11.077	10 prestações anuais a	
D - 2	TRIPCA	12.124	partir de 15/03/2014	
D - 3	TRIPCA	15.363		
D - 4	TRIPCA	10.227		
D - 5	TRIPCA	6.388		
D - 6	TRIPCA	25.784		
D - 7	TRIPCA	44.048		
D - 8	TRIPCA	17.753		
E	TJLP	138.839	114 parcelas mensais a	Incidirão juros de 2,45% a.a. acima da TJLP
F	TJLP	33.988	partir de 15/10/2015	
F - 1	TRIPCA	19.575	10 prestações anuais a	Incidirão juros a taxa de 2,45% a.a. acima da taxa de referência divulgada pelo BNDES
F - 2	TRIPCA	28.159	partir de 15/03/2016	
F - 3	TRIPCA	34.354		
F - 4	TRIPCA	38.316		
F - 5	TRIPCA	15.454		
F - 6	TRIPCA	22.019		
		<u>1.052.242</u>		

9. OBRIGAÇÕES LEGAIS VINCULADAS A PROCESSOS JUDICIAIS

A situação jurídica da Companhia engloba processos de natureza trabalhista e cível. A Administração, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos, entende que os encaminhamentos e as providências legais cabíveis que já foram tomados em cada situação são suficientes para preservar o patrimônio da Companhia, não existindo indicações de necessidade de reconhecimento de quaisquer provisões adicionais em relação às contabilizadas.

a) Composição do risco

Natureza	31.03.2014				Provisão
	Provável	Possível	Remota	Total	
Trabalhistas	309	4.227	218	4.754	309
Cíveis	<u>962</u>	<u>5.916</u>	<u>355</u>	<u>7.233</u>	<u>962</u>
	<u>1.271</u>	<u>10.143</u>	<u>573</u>	<u>11.987</u>	<u>1.271</u>

b) Movimentação

	Saldo inicial	Adições	Baixas	Saldo final
	31/12/2013			31/03/2014
Trabalhistas	428	66	(185)	309
Cíveis	<u>434</u>	<u>817</u>	<u>(289)</u>	<u>962</u>
Valor Provisionado	<u>862</u>	<u>883</u>	<u>(474)</u>	<u>1.271</u>

Contingências trabalhistas

A Companhia é parte em processos de natureza trabalhista movidos por ex-funcionários e funcionários de empresas terceirizadas, cujos objetos importam, em sua maioria, em pedidos de reintegração, horas extraordinárias, equiparação salarial, dentre outros. A companhia contabiliza os valores dos processos que entende como provável a probabilidade de perda, estimada em R\$309 em 31 de março de 2014 (R\$428 em 31 de dezembro de 2013) e processos trabalhistas, os quais seus consultores jurídicos entendem como possíveis as probabilidades de perda com valor estimado em 31 de março de 2014 R\$ 4.227 (R\$ 3.461 em 31 de dezembro de 2013).

Contingências cíveis

A Companhia é parte em processos cíveis, movidos por clientes, principalmente em decorrência de incidentes ocorridos no sistema rodoviário. A companhia contabiliza os valores dos processos que entende como provável a probabilidade de perda, estimada em R\$962 em 31 de março de 2014 (R\$434 em 31 de dezembro de 2013) e adicionalmente, a Companhia é ré em diversos processos cíveis, os quais seus consultores jurídicos entendem como possíveis as probabilidades de perda com valor estimado em 31 de março de 2014 em R\$ 5.916 (R\$ 5.228 em 31 de dezembro de 2013)

10. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As operações entre quaisquer das partes relacionadas, sejam elas administradores e empregados, acionistas, controladas ou coligadas, são efetuadas as taxas e condições pactuadas entre as partes, aprovadas pelos órgãos da administração competentes e divulgadas nas informações financeiras intermediárias.

Quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas seguirá os termos do artigo 115 da lei das sociedades por ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia.

	Relação da parte com a Companhia	31.03.2014		
		Ativo circulante	Passivo circulante	Resultado (custo)
OAS S.A.	Controlador indireto	-	-	(49.745)
Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. - Metro Rio	Ligada	-	100	-
Linha Amarela S.A. - LAMSA	Ligada	-	41	-
Concessão Litoral Norte - CLN	Ligada	-	2	-
GRU Airport	Ligada	521	-	-
Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar	Controladora direta	-	2.874	-
		<u>521</u>	<u>3.017</u>	<u>(49.745)</u>
	Relação da parte com a Companhia	31.12.2013		
		Ativo circulante	Passivo circulante	Resultado (custo)
OAS S.A.	Controlador indireto	-	-	(240.488)
Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. - Metro Rio	Ligada	-	100	-
Linha Amarela S.A. - LAMSA	Ligada	-	41	-
Concessão Litoral Norte - CLN	Ligada	-	2	-
GRU Airport	Ligada	605	-	-
Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar	Controladora direta	-	1.452	-
		<u>605</u>	<u>1.595</u>	<u>(240.488)</u>

Serviços - ativo

Em 05 de março de 2009, foi celebrado entre a Companhia e a parte relacionada OAS S.A., o contrato de execução das obras civis, compreendendo projetos funcionais e executivos dos serviços de recuperação, ampliação e melhorias no sistema rodoviário Raposo Tavares. Os preços e as quantidades, quando aplicável, estão de acordo com o estabelecido no contrato de concessão, o qual é fiscalizado pela Agência de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP.

O regime de execução destes serviços, cujo prazo é de cinco anos, é o de empreitada e o preço global acordado entre as partes foi de R\$1.078.096, devendo os pagamentos, serem realizados nas seguintes condições:

- i) Adiantamento no montante de R\$57.276, realizado em 19 de março de 2009, que foi amortizado durante os doze primeiros meses de execução dos serviços, através de descontos mensais nas medições destes serviços, quitado em 30 de abril de 2010.

- ii) Parcelas mensais conforme a execução dos serviços com base no cronograma físico-financeiro do respectivo contrato.

O preço global será reajustado a cada período de doze meses conforme fórmula paramétrica constante no contrato. Excepcionalmente, independente do reajuste que será auferido com a aplicação desta fórmula, os preços contratuais serão reajustados sempre que esta variação indicar o percentual igual ou superior à meta inflacionária divulgada pelo Banco Central do Brasil. O saldo do contrato de obra com a OAS S.A. em 31 de março de 2014 é de R\$ 269.462 (R\$321.092 em 31 de dezembro de 2013), no 1º trimestre de 2014 foi pago para OAS R\$ 49.745.

11. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

A remuneração dos Administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, que incluem os membros do Conselho de Administração e diretores estatutários, está composta por honorários, previdência privada, assistência médica e odontológica, no montante de R\$189 em 31 de março de 2014 (R\$934 em 31 de março de 2013).

	<u>31/03/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Pró-labore	141	158
Encargos	28	32
Benefícios	<u>20</u>	<u>744</u>
	<u>189</u>	<u>934</u>

A Companhia não concede benefícios pós-emprego ou em longo prazo.

12. RECEITA DIFERIDA

Em 30 de dezembro de 2011, a Companhia celebrou contrato de longo prazo, com vencimento em 16 de março de 2039, referente à locação de infraestrutura de fibra óptica pela TIM Celular S.A. No curso do processo de negociação a Companhia recebeu antecipadamente R\$53.067, sendo R\$11.662 recebidos em 2011 e R\$41.405 em 2012, equivalente ao montante total dos serviços contratados. O saldo de receita a apropriar em 31 de março de 2014 é de R\$ 49.228, montante este que se encontra segregado entre passivo não circulante, R\$47.257, e passivo circulante, R\$1.971. Os valores estão sendo apropriados ao resultado a partir da disponibilização dos ativos locados e pelo prazo de locação contratado.

Em 03 de julho de 2012, a Companhia celebrou contrato referente à locação de infraestrutura de fibra óptica pela Oi Móvel S.A. No exercício de 2013 ocorreu à renovação automática do contrato, a Companhia recebeu R\$1.848, o equivalente ao montante total dos serviços a serem prestados. O saldo de receita a apropriar em 31 de março de 2014 é de R\$ 927, montante este registrado no passivo circulante. Os valores estão sendo apropriados ao resultado a partir da disponibilização dos ativos locados ocorrida em 03 de outubro de 2013, pelo prazo de 12 (doze) meses.

Em 23 de dezembro 2010, a Companhia celebrou contrato referente à locação de infraestrutura de fibra óptica pela Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A. - EMBRATEL o qual teve seu 1º aditivo assinado em 30 de junho de 2011 e 2º Aditivo em 31 de maio de 2012. Em 01 de agosto de 2013 a Companhia recebeu antecipadamente R\$4.240, equivalente ao montante total dos serviços relativos ao primeiro ano do contrato. O saldo de receita a apropriar em 31 de março de 2014 é de R\$1.417, montante este registrado no passivo circulante. Os valores estão sendo apropriados ao resultado a partir da disponibilização dos ativos locados ocorrida em 01 de agosto de 2013, pelo prazo de 12 (doze) meses.

Em 11 de abril de 2013 e 03 de junho de 2013, a Companhia celebrou com a Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A. - EMBRATEL 17 (dezessete) contratos referentes à ocupação da faixa de domínio a título precário e oneroso. No curso da negociação a Companhia recebeu antecipadamente R\$481, equivalente ao montante total dos serviços relativos ao primeiro ano dos contratos. O saldo de receita a apropriar em 31 de dezembro é de R\$114, montante este registrado no passivo circulante. Os valores estão sendo apropriados ao resultado a partir das autorizações para utilização, pelo prazo de 12 (doze) meses.

Receita Diferida	<u>2014</u>	<u>2013</u>
TIM Celular S.A	49.228	51.198
OI Móvel S.A.	927	889
Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A. - EMBRATEL	1.531	
Alcatel-Lucent Brasil		<u>1.814</u>
	<u>51.686</u>	<u>53.791</u>
Circulante	4.429	6.049
Não circulante	<u>47.257</u>	<u>47.742</u>

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de março de 2014 e 2013, o limite do capital autorizado da Companhia é de R\$715.000.

Em 31 de março de 2014 e 2013 o capital social da Companhia está assim representado:

	<u>Número de ações</u>	<u>% de Participação</u>	<u>Ações ordinárias</u>	<u>Ações preferenciais</u>
Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR	1.026.969.956	100	513.484.978	513.484.978

As ações preferenciais não terão direito a voto e possuirão os mesmos direitos de participação nos resultados da sociedade conferidos às ações ordinárias, bem como prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, na hipótese de liquidação da sociedade, e terão, ainda, o direito de participar de ofertas públicas de aquisição de ações, pelo mesmo preço e nas mesmas condições de pagamento auferidas pelas ações ordinárias.

14. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	<u>31/03/2014</u>	<u>31/03/2013</u>
Receita bruta de pedágio	62.782	56.862
Receitas acessórias	2.181	3.663
Receita de contrato de construção	60.821	14.946
Deduções da receita	<u>(5.681)</u>	<u>(5.374)</u>
	<u>120.103</u>	<u>70.097</u>

15. CUSTO E DESPESAS DOS SERVIÇOS PRESTADOS

	<u>31/03/2014</u>	<u>31/03/2013</u>
Custo serviços prestados		
Operacionais, gerais e administrativas	(8.470)	(12.068)
Depreciação e amortização	(17.068)	(14.174)
PDD / Contingências	(8.132)	(5.310)
Pessoal e encargos	(6.499)	(5.839)
Conservação e manutenção	<u>(3.272)</u>	<u>(2.093)</u>
	<u>(43.441)</u>	<u>(39.484)</u>

	<u>31/03/2014</u>	<u>31/03/2013</u>
Despesas gerais e administrativas		
Operacionais, gerais e administrativas	(4.170)	(4.158)
Depreciação e amortização	(2.093)	(1.889)
PDD / Contingências	(409)	-
Pessoal e encargos	(2.610)	(3.445)
Conservação e manutenção	<u>(20)</u>	<u>(76)</u>
	<u>(9.302)</u>	<u>(9.568)</u>

16. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	<u>31/03/2014</u>	<u>31/03/2013</u>
Receitas financeiras		
Receita de aplicação financeira	<u>5.756</u>	<u>5.721</u>
	5.756	5.721
Despesas financeiras		
Comissões e despesas bancárias	(144)	(276)
Juros sobre empréstimos	(25.966)	(21.556)
Variação monetária passiva	(21.583)	(18.538)
Outras	<u>(4)</u>	<u>(819)</u>
	<u>(47.697)</u>	<u>(41.189)</u>
	<u>(41.941)</u>	<u>(35.468)</u>

17. RESULTADO POR AÇÃO

Em atendimento ao CPC 41, a Companhia apresenta a seguir o resultado por ação para os exercícios findos em 31 de março de 2014 e de 2013.

O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o período.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação:

	2014			2013		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Numerador básico						
Prejuízo líquido atribuível aos acionistas ordinários e preferenciais	(11.149)	(11.149)	(22.298)	(9.637)	(9.637)	(19.274)
Denominado básico e diluído						
Média ponderada das ações (em milhares)	<u>513.485</u>	<u>513.485</u>	<u>1.026.970</u>	<u>513.485</u>	<u>513.485</u>	<u>1.026.970</u>
Prejuízo básico e diluído por ação (R\$)	<u>(0,0217)</u>	<u>(0,0217)</u>	<u>(0,0217)</u>	<u>(0,0188)</u>	<u>(0,0188)</u>	<u>(0,0217)</u>

A Companhia não possui instrumentos diluidores no exercício findo em 31 de março de 2014 e 2013, não há diferença entre o cálculo do lucro por ação básico e diluído.

18. COMPROMISSOS COM A CONCESSÃO

O prazo da concessão da Companhia e as obrigações decorrentes do Contrato de Concessão celebrado com a Agência de Transportes do Estado de São Paulo - ARTESP têm seu término previsto para o ano de 2039.

Com a assinatura do Termo de Contrato de Concessão Rodoviário nº 002/ARTESP/2009, relacionado ao Edital de Concorrência Pública Internacional nº 004/2008, a Companhia assumiu os seguintes compromissos:

a) Investimentos

Os principais investimentos decorrentes da concessão são:

- i) Duplicação de rodovia e implantação de retornos em nível e desnível.
- ii) Construção de postos de pesagem (fixos e móveis), postos de serviços de atendimento aos usuários.
- iii) Construção de nove praças de pedágio e demolição de duas praças de pedágios preexistentes (Presidente Bernardes e Caiuá).
- iv) Implantação e melhoria de acessos, trevos, alças, passarelas para travessia de pedestre, dispositivos de entroncamentos e readequação de intersecções.

b) Outorga fixa e variável

Pelo direito de exploração do sistema rodoviário, os seguintes montantes:

I. *Outorga fixa*

Valor fixo de R\$634.000 a favor do Departamento de Estradas de Rodagem - DER/SP foi liquidada integralmente em 16 de setembro de 2010.

II. *Outorga variável*

Percentual da receita bruta de pedágio e das receitas acessórias efetivamente obtidas pela Companhia, a ser pago mensalmente.

Conforme deliberação do Conselho Diretor da ARTESP, publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 27 de julho de 2013, o percentual de outorga variável sobre a receita bruta foi reduzido de 3% para 1,5% nos meses de julho, agosto e setembro de 2013.

No mês de outubro de 2013 a alíquota retornou ao patamar de 3% (três por cento) sobre a receita bruta.

Conforme deliberação do Conselho Diretor da ARTESP, publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 14 de dezembro de 2013, o percentual de outorga variável sobre a receita bruta foi novamente reduzido para 1,5%, a partir do mês de novembro de 2013, desta vez por prazo indeterminado.

O compromisso com outorga, em 31 de março de 2014, era de R\$335 (R\$349 em 2013).

Durante o trimestre findo em 31 de março de 2014, foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$ 988 (R\$1.840 em 2013) referente à outorga variável.

c) Garantias

A Companhia utiliza-se da contratação de seguro-garantia para o cumprimento das seguintes garantias contratuais:

1. Garantia de cumprimento das funções de ampliação correspondente a 1,5% do valor da contratação, limitado a 10% do valor do investimento. Esta garantia será liberada na proporção do cumprimento das funções de ampliação, limite máximo de indenização será de R\$82.416. Vigência mínima de 12 (doze) meses.
2. Garantia de cumprimento das funções operacionais, de conservação e de pagamento do valor mensal variável, no limite máximo de indenização de R\$114.434. Vigência de 12 (doze) meses.

d) Recursos financeiros

A Companhia iniciou suas operações em 17 de março de 2009. Os recursos financeiros necessários para o cumprimento dos investimentos e do pagamento da outorga serão obtidos através de aporte de capital pela acionista e captação no mercado de capitais.

19. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia mantém seguro-garantia, seguro contra danos materiais, perda de receita e responsabilidade civil, que foram contratados seguindo as orientações da Agência Reguladora de Transportes do Estado de São Paulo - ARTESP e obrigações previstas no Contrato de Concessão, conforme demonstrado a seguir:

Modalidade	Limite máximo de indenização	Vigência	Seguradora	Objeto
Garantia ampliações	R\$ 82.416	16/03/2014 a 16/03/2015	Austral Seguradora	(a)
Garantia funções oper.	R\$ 114.434	16/03/2014 a 16/03/2015	Austral Seguradora	(b)
Responsabilidade civil	R\$50.000	01/08/2013 a 01/08/2014	Tóquio Marine	(c)
Riscos operacionais	R\$200.000	01/08/2013 a 01/08/2014	Tóquio Marine	(d)

- a) Garantir o cumprimento das funções de ampliação a que se refere o item 29.1 do Contrato de Concessão do Sistema Rodoviário pela malha rodoviária estadual do Corredor Raposo Tavares, correspondente ao lote 16 do Programa de Concessões Rodoviárias do Estado de São Paulo, Edital de Concorrência Pública Internacional nº 004/2008.
- b) Garantia de cumprimento das funções operacionais, de conservação e de pagamento do valor mensal variável a que se refere o item 29.1.a do Contrato de Concessão do Sistema Rodoviário constituído pela malha rodoviária estadual do corredor Raposo Tavares, correspondente ao Lote 16 do Programa de Concessão Rodoviárias do Estado de São Paulo, Edital de Concorrência Publica Internacional nº 004/2008.
- c) Danos causados a terceiros decorrente da administração de bem público representado pelo sistema do complexo rodoviário denominado como lote 16 integrante do programa de concessões rodoviárias do Estado de São Paulo que compreende trechos das rodovias SP-225, SP-327 e SP-270. Com seus respectivos acessos, bem como todas as benfeitorias.
- d) O presente seguro de riscos operacionais tem por objeto garantir, em cada acidente, os prejuízos que o segurado venha a sofrer pertinentes a cada cobertura contratada e expressamente identificadas na apólice, pela ocorrência dos riscos descritos e particularizados nas condições gerais, condições especiais e/ou particulares, observado os limites máximos de indenização fixados para cada cobertura e as disposições legais e demais condições contratuais aplicáveis.

20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E CONCENTRAÇÃO DE RISCO

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode gerar alterações nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado, bem como na avaliação da situação econômico-financeira das instituições envolvidas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de março de 2014 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor de mercado. Esses valores estão representados substancialmente por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, créditos a receber, empréstimos e financiamentos, debêntures e fornecedores.

Nos termos da Deliberação CVM nº 550 de 17 de outubro de 2008, a Administração da Companhia informa que os fatores de risco a que está exposta são:

a) Considerações gerais

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo aplicações financeiras, contas a receber, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos e debêntures, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações.

b) Gerenciamentos de riscos

A Companhia está exposta a riscos de mercado decorrentes de variações de taxas de juros e ao risco de crédito decorrente da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras e contas a receber.

A Companhia adota procedimentos de gestão de riscos de mercado e de crédito, através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio.

c) Exposição a riscos de taxas de juros

O principal fator de risco de mercado que pode afetar os negócios da Companhia é a taxa de juros. Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos e debêntures captados no mercado. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer *hedge* contra este risco. Porém, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

A Companhia está exposta ao risco de que uma variação de taxas de juros cause um aumento na sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros. A dívida em moeda nacional está sujeita a variação da TJLP, CDI e IPCA.

d) Análise de sensibilidade

As avaliações da sensibilidade dos instrumentos financeiros às variáveis que apresentam risco de oscilação são apresentadas abaixo:

Seleção dos cenários

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08, a Companhia apresenta na análise de sensibilidade em três cenários, sendo um provável e dois que possam representar efeitos adversos para a Companhia com 25% e 50% de deterioração de cada índice.

As taxas consideradas foram:

Indicador	Cenário I	Cenário II	Cenário III
	Provável	Adverso possível	Adverso extremo
CDI	10,55%	7,91%	5,28%
TJLP	5,00%	6,25%	7,50%
IPCA	6,15%	7,69%	9,23%

Os valores de sensibilidade na tabela abaixo são de juros a incorrer dos instrumentos financeiros sob cada cenário.

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação de cada um deles, é apresentada na tabela abaixo:

Instrumento	Vencimento	Risco	Juros a incorrer		
			Cenário I Provável	Cenário II Adverso possível	Cenário III Adverso extremo
Equivalente de caixa		Baixa taxa DI	29.600	21.558	13.970
Aplicação financeira		Baixa taxa DI	8.049	6.010	3.994
Debêntures 1ª série *	Dez/2024	Alta no IPCA	579.827	716.204	870.915
Debêntures 2ª série *	Dez/2024	Alta no IPCA	577.002	711.031	863.039
BNDES Sênior *	Mar/2021	Alta na TJLP	123.556	127.597	147.674
BNDES Sênior *	Mar/2023	Alta no IPCA	162.423	175.594	190.000

* No quadro acima, são considerados três cenários sobre os passivos financeiros relevantes, com os respectivos impactos nos saldos de balanço patrimonial.

O montante equivalente a 100% dos empréstimos e financiamentos e debêntures da Companhia estão sujeitos à remuneração pela variação acumulada da taxa de juros da TJLP e IPCA, e o equivalente de caixa e aplicação financeira sujeita a CDI.

As análises de sensibilidade acima têm por objetivo ilustrar a sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia.

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

e) Exposição a riscos de crédito

As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias e aplicações financeiras, onde a Companhia fica exposta ao risco da instituição financeira envolvida. Visando gerenciar este risco, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras consideradas pela administração, como de primeira linha.

Em 31 de março de 2014, a Companhia apresenta valores a receber de R\$12.002 sendo que os valores a receber da CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A representam 89% deste, ou seja, R\$10.711, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio (“Sem Parar”), registrados na rubrica “Contas a receber”. Por ser a CGMP controlada pelo próprio setor de rodovias, a administração da Companhia caracteriza como improvável o risco de crédito oriundo destes valores a receber por considerá-los mitigados entre as concessionárias do setor rodoviário.

f) Derivativos

A Companhia não participou de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros instrumentos especulativos durante o período compreendido entre 1º de janeiro a 31 de março de 2014.

g) Valores de mercado

Em 31 de março de 2014, os valores de mercado das contas a receber e a pagar aproximam-se dos valores registrados nas demonstrações trimestrais, devido à sua natureza de curto prazo.

Quanto aos empréstimos e financiamentos e debêntures, os respectivos valores de mercado se aproximam substancialmente dos valores registrados nas demonstrações financeiras devido ao fato de que esses instrumentos financeiros estão sujeitos a taxas de juros variáveis de mercado. A companhia também possui empréstimos e financiamentos sujeitos a atualização de alíquotas fixas.

h) Exposição a risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente.

O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas, empréstimos bancários e debêntures.

i) Gestão de capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital capaz de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

	<u>31/03/2014</u>	<u>31/03/2013</u>
Empréstimos e financiamentos	696.646	638.503
Debêntures	772.296	742.707
Caixa e equivalentes de caixa	(120.437)	(117.949)
Aplicações financeiras	<u>(74.554)</u>	<u>(55.850)</u>
Dívida líquida	1.273.951	1.207.411
Patrimônio líquido	<u>488.409</u>	<u>511.387</u>
Patrimônio líquido e dívida líquida	<u>1.762.360</u>	<u>1.718.798</u>

21. PROVISÃO DE MANUTENÇÃO

A Companhia constitui provisão para grandes manutenções, quando aplicável, conforme determinado pelo ICPC 01 e com base no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes. Tal provisão tem o objetivo de mensurar adequadamente o passivo com a melhor estimativa do gasto necessário para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A composição dos saldos da provisão para manutenção em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013 são:

	<u>31/03/2014</u>	<u>31/03/2013</u>
Provisão de manutenção	41.576	33.444

22. TRANSAÇÃO NÃO CAIXA

A Companhia no trimestre não possui transação não caixa.

23. OUTROS ASSUNTOS

Em 17 de setembro de 2013, foi publicada a Instrução Normativa RFB 1.397 (“IN 1.397”) e em 12 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória 627 (“MP 627”) que: revoga o Regime Tributário de Transição (“RTT”) a partir de 2015, com a introdução de novo regime tributário; (ii) altera o Decreto-Lei nº 1.598/77 pertinente ao cálculo do imposto de renda da pessoa jurídica e a legislação sobre a contribuição social sobre o lucro líquido. O novo regime tributário previsto na MP 627 passa a vigorar a partir de 2014, caso a entidade exerça tal opção. Dentre os dispositivos da MP 627, destacam-se alguns que dão tratamento à distribuição de lucros e dividendos, base de cálculo dos juros sobre o capital próprio e critério de cálculo da equivalência patrimonial durante a vigência do RTT.

A Companhia preparou um estudo dos potenciais efeitos da aplicação da MP 627 e IN 1.397 e concluiu que não resultam em efeitos relevantes em suas operações e em suas informações financeiras intermediárias do período findo em 31 de março de 2014, baseada na melhor interpretação do texto corrente da MP. As alterações na MP quando essa se tornar lei poderão modificar a conclusão. A Companhia aguarda a definição das emendas à MP 627 para que possa optar ou não pela sua adoção antecipada no exercício fiscal.
